



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 404 , DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

DEFINE AS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR ATENDENDO AO DISPOSTO NOS §§ 3º E 4º DO ARTIGO 100 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 COM Redação dada pela EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu, NENEU JOSÉ ARTIGAS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para efeito do que dispõe o art. 100, §§ 3º e 4º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no âmbito da Fazenda Pública Municipal, serão consideradas Obrigações de Pequeno Valor os débitos decorrentes de sentença judiciária transitada em julgado, que não sejam superiores ao valor do maior benefício do Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º As Obrigações de Pequeno Valor contra a Fazenda Pública Municipal, resultantes de execuções definitivas, nos termos desta Lei, dispensarão a expedição de precatório.

Art. 3º O pagamento ao titular da Obrigação de Pequeno Valor será realizado no prazo Máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório do Tribunal.

Art. 4º Se o valor da execução ultrapassar àquele estabelecido no art. 1º, o pagamento será efetuado sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem a necessidade de precatório, mediante requisição de pequeno valor, na forma prevista no § 3º, do art. 100, da Constituição da República.

Art. 5º Para o cumprimento das disposições da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaperuçu, Estado do Paraná, em 10 de fevereiro de 2012.

NENEU JOSÉ ARTIGAS

Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 24/03/2016

